

EDITAL CHAMADA PÚBLICA N.º 01-332/2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO CÂMPUS CUBATÃO

Processo Administrativo n.º . 23307.001631.2022-11

O procedimento observará as disposições da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 02, de 09 de abril de 2020, Resoluções/CD/FNDE n.º 21/21 e 06/20, e demais normas aplicáveis, e será subsidiado pela Lei n.º 8.666/1993.

1. PREÂMBULO

1.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Cubatão, neste ato denominado simplesmente IFSP - Câmpus Cubatão, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria Cristina – Jardim Casqueiro – Cubatão – SP – CEP 11533-160, inscrita no CNPJ sob n.º 10.882.594/0003-27, representado neste ato pelo Sr. Diretor Geral Interino, a Sra. Gisela de Barros Alves Moura, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no artigo 14, da Lei n.º 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, através da Diretoria de Administração do Câmpus Cubatão, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, durante o período de 2022. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão atender ao quadro de informações gerais abaixo:

| | |
|---|--|
| Processo | 23307.001631.2022-11 |
| Objetivo | Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. |
| Modalidade | Dispensa de Licitação |
| Divulgação da chamada pública | De 18/07/22 a 09/08/2022. |
| Endereço para entrega e abertura dos envelopes ref. fornecimento do objeto contratado | IFSP - Campus Cubatão Rua Maria Cristina, 50 - Jardim Casqueiro, Cubatão - SP CEP 11533-160 |
| Abertura dos envelopes | 10 de agosto de 2022 às 10hs. |
| Contato para informações e/ou esclarecimentos | Tel (13) 3346-5319 - E-mail: adm.cbt@ifsp.edu.br |
| A entrega poderá ocorrer de forma eletrônica, conforme item 4.5 | |

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

| Item | Especificação | Unidade Fornecim | Qtd. Total | Fração de entrega | Valor Unit | Valor Total |
|------|---|------------------|------------|-------------------|------------|-------------|
| 1 | Suco 100 % natural, integral, sem açúcar, pasteurizado, sem adição de água, conservantes ou açúcar, obtido a partir do beneficiamento de frutas sadias classificadas e selecionadas. Sabor: UVA Produto embalado individualmente em porções de 200 ml, acompanhado de canudo. Validade mínima de 6 meses! | Unidade | 11.094 | 1 | 3,15 | 34.946,10 |

| | | | | | | |
|---|--|---------|-------|---|------|----------|
| 2 | Maçã crocante - tipo chips - sem canela - pacote com 40 gramas | Unidade | 3.095 | 1 | 3,15 | 9.749,25 |
|---|--|---------|-------|---|------|----------|

*Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. (Resoluções/CD/FNDE nºs 6/20 e 21/21)

3. FONTE DE RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão estimadas em R\$ 44.695,35 (Quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos), que correrão à conta dos recursos provenientes do FNDE/PNAE.

4. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e Resolução/ CD/FNDE nº 21, de 16 de novembro de 2021.

4.2. ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

4.2.1. Habilitação do Fornecedor Individual (não organizado em grupo) O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação: I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias; III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante; IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

4.2.2. Habilitação do Grupo Informal O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação: I – a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; II – o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias; III – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes; IV – a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

4.2.3. Habilitação do Grupo Formal O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação: I – a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; II – o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias; III – a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente; V – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal; VI – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; VII – a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e VIII – a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

4.3. ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA

4.3.1. No Envelope nº 02 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme Anexo II deste Edital.

4.3.2. A relação dos proponentes dos Projetos de Venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado em até 03 (três) dias após o prazo da publicação da relação dos proponentes e no prazo de até 05 (cinco) dias o(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

4.3.3. O(s) Projeto(s) de Venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo artigo 30 da Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020.

4.3.4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP Jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

4.3.5. A apresentação de Projeto de Venda para a contratação pretendida implica concordância do proponente em fornecer os produtos pelo preço de referência constante no Termo de Referência, independentemente do valor apresentado em sua proposta.

4.4. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização, o qual poderá ser prorrogado por igual período, observando o tratamento isonômico a todos os proponentes.

4.5. Conforme artigo 5º da Resolução/CD/FNDE nº 02, de 09 de abril de 2020, devido às medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da COVID-19, a entrega das propostas de venda, bem como dos demais documentos para habilitação das propostas, poderão ocorrer por meio eletrônico, cujo envio deve ocorrer até 01 (uma) hora antes da abertura da sessão pública para o endereço eletrônico adm.cbt@ifsp.edu.br. Os documentos deverão ser compactados e separados em dois arquivos, sendo um discriminado, como

envelope 01 - HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR, inserindo neste a documentação referente a documentação de habilitação do fornecedor conforme item 4.2, e envelope 02 - PROJETO DE VENDA, com a devida documentação relacionados no item 4.3.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

5.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.

5.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

II – o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do país;

III – o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

IV – o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

5.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes; a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s); b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 2º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

II – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

III – os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA que regulamentam a DAP); a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP Jurídica; b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

5.4. Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1. Para a presente Chamada Pública fica dispensada a apresentação de amostra.

7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. As condições da entrega dos gêneros alimentícios estão especificadas no Termo de Referência, anexo deste Edital.

8. PAGAMENTO

8.1. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, anexo deste Edital.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

9.2. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I – Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/EEx.

II – Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP Jurídica x R\$ 40.000,00

9.3. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura da sessão pública.

9.3.1. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, e encaminhadas a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

9.4. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto.

9.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas documentações, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por essas despesas, independentemente da condução ou do resultado do procedimento.

9.6. A participação neste procedimento implica plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

9.7. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação contrária da Comissão.

9.9. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase deste procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

9.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.12. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.13. Todas as peças que compõem o processo são complementares entre si. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida. Não será admitida a argumentação de desconhecimento de obrigação a ser cumprida devido sua omissão em algum documento.

9.14. O Edital e seus anexos também serão disponibilizados, na íntegra, por e-mail, mediante solicitação enviada para endereço eletrônico descrito no preâmbulo deste Edital.

9.14.1. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.

9.15. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições das normas aplicáveis.

10. DOS ANEXOS

10.1. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Edital

Anexo III– Modelos de Projeto de Venda;

Anexo IV – Declaração de Origem dos Produtos;

Anexo V – Termo de Recebimento Definitivo;

Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato;

Anexo VII – Dados para confecção do contrato;

Anexo VIII – Modelo de Termo de Homologação.

Cubatão, 11 de julho de 2022.

(assinado eletronicamente)

Gisela de Barros Alves de Moura
Diretor Geral Interina do Câmpus Cubatão

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gisela de Barros Alves Moura, DIRETOR ADJUNTO - CD4 - DAEX-CBT**, em 11/07/2022 09:44:00.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 378286

Código de Autenticação: 289cbeef0a



Rua Maria Cristina, 50, Jardim Casqueiro, CUBATÃO / SP, CEP 11533-160